Verba pública para clínica particular

Inquérito investiga uso de dinheiro, bens e pessoal da Polícia Militar em uma entidade privada que presta serviço a policiais

Luís Osvaldo Grossmann
Da equipe do **Correio**

A Promotoria de Defesa da Saúde do Distrito Federal (Prosus) abriu inquérito civil para investigar a utilização de recursos, bens, serviços e pessoal da Polícia Militar pela Assistência Integrada à Saúde da PM — Cifais, entidade privada criada em 1997 para complementar os serviços prestados pela Policlínica.

A Policlínica é ligada à Polícia Militar do Distrito Federal e presta serviços de atendimento médico e ambulatorial para todos os policiais militares. A Cifais é uma empresa privada, associação criada por um Regulamento Geral em janeiro de 1997 para complementar os serviços da Policlínica. Sua administração cabe ao comandante-geral da Polícia Militar, ao diretor de saúde da PM e a quatro representantes eleitos pelos policiais.

Segundo a promotora de Justiça da Prosus, Kátia Cristina Lemos, a constituição da Cifais não respeitou os preceitos legais, uma vez que não houve o processo de licitação para a contratação de serviços particulares por um órgão público.

Além disso, a Cifais funciona nas dependências da Diretoria de Saúde da PM, utilizando o espaço físico, bens, materiais e pessoal da Polícia Militar — que são custeados com dinheiro público. Sua instalação na Diretoria de Saúde foi acertada apenas verbalmente com o comando geral. Desde que começou a funcionar, em 6 de janeiro de 1997, a Cifais utiliza, em média, o trabalho de 200 policiais militares.

"Os policiais estão na folha da Polícia Militar mas trabalham para a Cifais", explica a promotora Kátia. Ela ainda aponta outras irregularidades no próprio Regulamento Geral da Cifais. "Está escrito que o serviço público irá complementar o serviço privado, o que é uma inversão do processo. Também diz que ao se associar ao Cifais o beneficiário deve dirigir-se preferencialmente à Policlínica. Ou seja, dá um direito que já existe", completa.

AGILIDADE

São 8.200 policiais associados à Cifais. Contando-se os dependentes, cônjuge e filhos, este número chega a cerca de 25 mil pessoas. Os policiais pagam, além de 3% sobre o soldo como contribuição à Policlínica, outros 3% sobre os rendimentos brutos para custear os serviços da Cifais — são 7.500 consultas por mês. O rendimento é de aproximadamente R$ 273 mil mensais.

Dos rendimentos da empresa, 30% destina-se a um fundo para a construção de um hospital para os PMs. Com o restante do dinheiro são pagos os 31 médicos, 30 dentistas e cinco bioquímicos contratados pela Cifais — , além de despesas com material e exames não cobertos por convênios.

Para o secretário-executivo da Cifais, major Edson Martins de Oliveira, os não associados foram os maiores beneficiários com a criação da Cifais, pois o serviço melhorou. "A diferenciação entre associados e não associados é apenas estatística", afirma. Nem tanto. As consultas com os médicos contratados são privilégio dos associados. Os outros entram na fila para serem atendidos pelos três médicos militares da Policlínica.

"Os policiais militares se mobilizaram por um serviço de saúde eficiente e resolveram criar a associação", explica o subtenente Manuel Sampaio, um dos eleitos para integrar o Conselho de Administração da Cifais. Ele explica que a Cifais agiliza o serviços, pois diferentemente da Policlínica, não precisa realizar licitações ou ordens de compra para, por exemplo, medicamentos. Isso faz com que esses produtos cheguem mais rapidamente a quem precisa.

As obras do hospital aguardam a assinatura de um convênio entre a Cifais e o GDF. Pelo convênio, o governo deverá ceder um terreno à Cifais. Após a inauguração o hospital seria doado ao patrimônio público, ou seja, o GDF passaria a arcar com a despesas, enquanto a Cifais prestaria os serviços médicos. "Este convênio vai oficializar, formalizar o que hoje está informal", diz o major Edson.

NÃO EXISTE

Como a Cifais não possui infraestrutura física não é possível apontar onde fica a empresa ou mesmo quem são as pessoas que nela trabalham. Ela confunde-se com a própria Diretoria de Saúde da PM, onde também estão lotados os seus funcionários — com exceção dos médicos, dentistas e químicos, são todos policiais militares. "A Cifais não possui prédio ou mesmo administração. Ela é tão somente uma captora de recursos", afirma o major Edson.

Sobre a ausência de licitação o major explica que a Cifais é uma organização sem fins lucrativos, que complementa os serviços da Policlínica, contrata médicos e realiza exames e ainda compra equipamentos. "Foi uma situação especial, o que desobriga a licitação. Que outra instituição concordaria em fazer este mesmo serviço?", pergunta o major.

Para a Prosus, no entanto, não se trata disto. "Se a Cifais trabalha como um serviço de plano de saúde, certamente outros planos poderiam participar da licitação e estar prestando os mesmos serviços", diz a promotora Kátia.

O major Edson confirma a utilização dos espaços públicos pela Cifais, mas defende que a qualidade do serviço melhorou e os custos diminuíram. "Só o que foi comprado em equipamentos é equivalente ao pagamento de seis anos de taxas de água, luz etc. Nós temos inclusive um parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal afirmando que as atividades da Cifais não causam nenhum ônus aos cofres públicos", afirma o major.

"Trata-se de um parecer administrativo e não jurídico, onde foi feita uma análise apenas parcial das atividades da entidade", garante a promotora Kátia Lemos. Para a Promotoria da Saúde, o Estado está sendo lesado nas operações da Cifais pelo exercício da atividade privada usando os serviços públicos e o pessoal.

O inquérito continua e os administradores da Cifais podem ser processados por ato de improbidade administrativa, o que, caso comprovada, implica perda da função e ressarcimento das verbas públicas. Uma auditoria nas contas da Cifais já foi solicitada ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O comando-geral da Polícia Militar informou que precisa estudar o assunto antes de divulgar qualquer declaração.